



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.828/2022  
Pregão Eletrônico nº 08/2024  
Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

**CONTRATO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE  
MANUTENÇÃO PREDIAL DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO,  
INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS,  
INSUMOS E FERRAMENTAS, A SEREM EXECUTADOS  
COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE  
OBRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL  
REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO E A EMPRESA**

---

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, neste ato representado pelo Secretário Administrativo GERSON MARTINS DE OLIVEIRA, portador do RG nº 611.634 SSP/MS e do CPF nº 600.496.421-20, conforme subdelegação de competência constante da Portaria TRT/DG nº 202/2023 Portaria TRT/DG nº 202/2023, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 21.828/2022 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 08/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços continuados de manutenção predial dos imóveis ocupados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região no Mato Grosso do Sul (TRT24), incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, do Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas as disposições a seguir estabelecidas.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.828/2022**

**Pregão Eletrônico nº 08/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

- 1.1.1. A manutenção predial envolve manutenção preventiva, corretiva e serviços eletivos (incluindo pequenas adaptações de ambientes), com fornecimento de mão de obra, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, abrangendo também, a operação das instalações prediais (sistemas elétricos, climatização com central de controle, sistemas de ventilação e sistemas hidráulicos).
- 1.1.2. Estão inclusos no escopo do objeto:
  - 1.1.2.1. Subestações 13,8kV;
  - 1.1.2.2. Centrais telefônicas - PABX;
  - 1.1.2.3. Cancelas automáticas;
  - 1.1.2.4. Poda de árvores e gramas;
  - 1.1.2.5. Sistemas de alarme;
  - 1.1.2.6. Inspeção e testes operacionais dos geradores de emergência;
  - 1.1.2.7. Extintores de incêndio e demais sistemas contra incêndio e pânico;
- 1.2. Vinculam-se e fazem parte desta contratação, independentemente de transcrição, os seguintes documentos a ela relacionados:
  - 1.2.1. Termo de referência e seus anexos;
  - 1.2.2. Edital de licitação e seus anexos;
  - 1.2.3. Proposta da contratada;
- 1.3. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e aplicável, bem como nas cláusulas deste contrato e dos documentos acima referidos.

**CLÁUSULA 2ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. Este contrato observará o regime de execução de empreitada por preço global e sua vigência será de 30 (trinta) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. Considera-se data da assinatura do contrato aquela constante do instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.
- 2.3. Durante a vigência da contratação será permitida a alteração da razão social, a fusão, a cisão, a incorporação, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas no contrato original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:
  - 2.3.1. no caso de alteração que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.828/2022**

**Pregão Eletrônico nº 08/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;

2.3.2. no caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades decorrentes da inexecução total.

2.4. Em atenção aos artigos 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.5. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.

**CLÁUSULA 3ª – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTA CONTRATAÇÃO**

3.1. São partes integrantes deste contrato e constam do respectivo Termo de Referência (TR), em anexo, as condições específicas desta contratação referentes a:

- 3.1.1. Descrição da solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto (item 3 do TR);
- 3.1.2. Sustentabilidade (subitens 6.5 a 6.13.6 do TR);
- 3.1.3. Subcontratação (subitens 6.14 a 6.19 do TR);
- 3.1.4. Garantia da contratação (subitens 6.20 a 6.34 do TR);
- 3.1.5. Modelo de execução do objeto (item 7 do TR);
- 3.1.6. Deveres do CONTRATANTE (item 8 do TR);
- 3.1.7. Deveres da CONTRATADA (item 9 do TR);
- 3.1.8. Vedações à CONTRATADA (item 10 do TR);
- 3.1.9. Modelo de gestão e fiscalizado contrato (item 11 do TR);
- 3.1.10. Critérios de medição e pagamento (item 12 do TR);
- 3.1.11. Recebimento (item 13 do TR);
- 3.1.12. Liquidação (item 14 do TR);



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.828/2022**

**Pregão Eletrônico nº 08/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

- 3.1.13. Atualização financeira (item 15 do TR);
- 3.1.14. Reajuste dos preços (item 16 do TR);
- 3.1.15. Repactuação do contrato (item 17 do TR);
- 3.1.16. Reequilíbrio econômico-financeiro (item 18 do TR);
- 3.1.17. Conta depósito-vinculada (item 19 do TR);
- 3.1.18. Penalidades (item 20 do TR);
- 3.1.19. Defesas e recursos (item 21 do TR);
- 3.1.20. Aumentos e reduções (item 22 do TR).

**CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

**PTRES:** \_\_\_\_

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.37

**NE:** \_\_\_\_

- 4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA 5ª – DO VALOR**

- 5.1 O valor global mensal estimado do presente Contrato é de **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)**, correspondente a **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)** de mão de obra, **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)** de materiais e **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)** de serviços, perfazendo o valor global estimado (30 meses) de **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)**, correspondente a **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)** de mão de obra, **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)** de materiais e **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)** de serviços conforme discriminação constante do quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 21.828/2022

Pregão Eletrônico nº 08/2024

Contrato nº \_\_\_\_/2024

MINUTA

Cargo	Qtde.	Local	Valor por posto	Valor mensal estimado	Valor global estimado (30 meses)
Engenheiro eletricista	1	Sede TRT	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Técnico em edificações	1	Sede TRT	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Técnico em eletrotécnica	1	Fórum CG	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Técnico em eletrônica	1	Sede TRT	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Eletricista	1	Sede TRT	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Eletricista	1	Fórum CG	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Oficial de Manutenção	2	Sede TRT	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Oficial de Manutenção	1	Fórum CG	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Diárias, passagens e combustível	--	--	--	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Valor da mão de obra				R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Materiais para consumo – Tabela TRT	--	--	--	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Materiais para consumo – Tabela SINAPI	--	--	--	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Valor de materiais				R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Serviços sob demanda	--	--	--	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Serviços de manutenção de PABX e software de gerenciamento de manutenção	--	--	--	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Serviço de Manutenção de extintores	--	--	--	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Valor dos serviços				R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Valor mensal estimado				R\$ xx,xx	-- --
Valor global estimado (30 meses)					R\$ xx,xx



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.828/2022**

**Pregão Eletrônico nº 08/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

**CLÁUSULA 6ª – DA CONTAGEM DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 6.1. A contagem do prazo de vigência do contrato dar-se-á na forma do inciso II do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021, ou seja, os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.
- 6.2. Considera-se prorrogado o prazo de vigência até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

**CLÁUSULA 7ª – DA CONTAGEM DOS DEMAIS PRAZOS DO CONTRATO**

- 7.1. Excetuando-se a contagem do prazo de vigência de que trata a cláusula anterior e daqueles com data expressamente indicada, para os demais prazos estabelecidos nesta contratação a contagem excluirá o dia do início e incluirá o dia do vencimento.
- 7.2. Só se iniciam e vencem os prazos processuais em dia de efetivo expediente normal no CONTRATANTE.
- 7.3. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 7.4. Os prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente no CONTRATANTE.
- 7.5. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data e, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.
- 7.6. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

**CLÁUSULA 8ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, na forma da lei.

**CLÁUSULA 9ª – DA PUBLICAÇÃO**

- 9.1. Para fins de publicidade e eficácia desta contratação, o respectivo extrato será publicado, pelo CONTRATANTE, na imprensa oficial, sem prejuízo da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**CLÁUSULA 10 – DO FORO**

- 10.1. Fica eleito o foro de Campo Grande - MS, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.828/2022**

**Pregão Eletrônico nº 08/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

**CLÁUSULA 11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 11.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 11.2. A participação nesta Contratação Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 11.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento.
- 11.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campo Grande - MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

(documento assinado digitalmente)  
GERSON MARTINS DE OLIVEIRA  
**CONTRATANTE**

(documento assinado digitalmente)  
**XXXXX**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS**

(documento assinado digitalmente)  
**XXX**  
Chefe do Núcleo de Manutenção e Projetos de Engenharia

(documento assinado digitalmente)  
**XXXX**  
Analista Judiciário

**ANEXAR 1. TR e 2. ANEXOS I (Especificações Técnicas), II (Manutenção Preventiva e Corretiva), IX (Instrumento de Medição de Resultado - IMR)**

**ANEXO VI**

**Declaração relativa à Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 21.828/2022  
Pregão Eletrônico nº 08/2024  
Contrato nº \_\_\_\_/2024

**MINUTA**  
**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, para fins de prova perante o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Termo de Referência, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, **DECLARA** que não está inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; bem como não ter sido condenada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105, no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

(Cidade – UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

\_\_\_\_\_  
Nome do(a) Representante Legal

**ANEXO VII**

**(Modelo de declaração relativa ao art. 429 da CLT, exigida pela Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho)**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, **DECLARA:**

( ) atender aos percentuais estipulados no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943), referente ao emprego e matrícula de aprendizes.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.828/2022**

**Pregão Eletrônico nº 08/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

- ( ) estar dispensada da contratação de aprendizes por se enquadrar em pelo menos 1 (uma) das hipóteses de dispensa previstas na legislação (Decreto nº 9.579/2018 e Instrução Normativa nº 146/2018).

(Cidade – UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

---

Nome do(a) Representante Legal

**ANEXO VIII**

**(Modelo de declaração relativa ao art. 93 da Lei nº 8.213/1991, exigida pela Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho)**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, **DECLARA:**

- ( ) atender aos percentuais estabelecidos no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, referente ao emprego de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.
- ( ) estar desobrigada do atendimento ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, por possuir menos de 100 (cem) empregados.

(Cidade – UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

---

Nome do(a) Representante Legal